

A arte de (nos)governar: nuances e contornos do sujeito neoliberal¹

The art of (self)government: nuances and outlines of the neoliberal subject

Borxa Colmenero Ferreiro

Doutor em Direito e investigador no grupo ECRIM (Criminologia, Psicologia jurídica e Justiça penal no século XXI) da Universidade da Corunha (Galiza). É autor, entre outras publicações, de *Vidas culpáveis. O controlo neoliberal do crime* (Santiago de Compostela: Laiovento, 2017). Contato: borxa_colmenero@hotmail.com

RESUMO:

No presente artigo abordamos, sob a análise foucaultiana, o estudo dos processos de subjetivação como parte fundamental da gestão biopolítica neoliberal. Exploraremos, para tanto, a formação do “cuidado de si” do sujeito como eixo central da análise das práticas de (auto) governo contemporâneas. A forma como os indivíduos se preparam para a vida, adquirindo e apreendendo conhecimentos e saberes, visando administrarem-se a si mesmos. Em suma, debruçar-nos-emos sobre o extravasamento da racionalidade neoliberal, que penetra mais profundamente do que nunca na história, transformando os indivíduos em verdadeiros “homens e mulheres de negócios de si mesmos”. Agora eles não precisam apenas aumentar as suas habilidades, adquirir novas habilidades, mas transformarem-se em autênticos *managers* neoliberais da sua vida. Isto é, virarem empresa até as suas consequências finais, pois agora toda ação social é, em última análise, um ato comercial de marketing, propaganda e promoção do seu “capital humano”.

Palavras-chave: “cuidado de si”, “capital humano”, *homo economicus*, racionalidade neoliberal, empreendimento.

ABSTRACT:

This essay will address under the Foucaultian analysis, the study of the processes of the subjectivation as a fundamental part of the neoliberal and biopolitical management. We will therefore explore the formation of the “self care” of the subject as the central axis of the analysis and practices of contemporary self-government. We will analyse the way individuals prepare themselves for life and how those will acquire the

¹ Texto originalmente apresentado no V Congreso Internacional: *La actualidad de Michel Foucault*, 6, 7 e 8 de março de 2018, Facultad de Filosofía, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

precise knowledge to seek their own self-management. Furthermore we will study the overflow of neoliberal rationalities which penetrate in history more than ever, having as a result the transformation of individuals into authentic “business men and women of themselves”. Now they do not only seek to increase their capacities or acquire new skills, but to become real neoliberal managers of their lives. Therefore they become a company until the ultimate consequences as every social action is ultimately a commercial act about marketing, propaganda and promotion of its “human capital”. Keywords: “self care”, human capital, homo economicus, neoliberal rationality, entrepreneurship.

FERREIRO, Borxa Colmenero (2018). A arte de (nos)governar: nuances e contornos do sujeito neoliberal. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 21, mai-ago, pp. 60-74. Recebido em 22 de maio de 2018. Confirmado para publicação em 23 de julho de 2018.

Introdução: uma análise desde o último Foucault

Com certeza, tem sido a atenção ao chamado último Foucault o que promoveu, nos últimos anos, especialmente no campo dos estudos críticos, uma revitalização teórica do processo de subjetivação como parte axial da gestão biopolítica neoliberal. Em outras palavras, foi, indubitavelmente, a publicação dos seus cursos do *Collège de France*² o que nos permitiu situar o sujeito neoliberal na perspectiva foucaultiana não como um simples indivíduo devotado à troca mercantil, mas como um autêntico *homo economicus* competitivo, arriscado e criativo que se prepara para viver na *sociedade-empresa*. Dentre as suas contribuições, talvez a mais relevante, desta perspectiva, é a possibilidade de interpretarmos a razão neoliberal para além da concreta política do liberalismo clássico, baseada no *laissez-faire*, para advertir uma intervenção social cujo objetivo final é a regulação da vida humana sob os critérios da economia de mercado.

² Sem dúvida a publicação dos cursos lecionados no *Collège de France*, nomeadamente, *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), mas também *Do governo dos vivos* (1980-1981), *Subjetividade e verdade* (1980-1981), *A hermenêutica do sujeito* (1981-1982), *O governo de si e dos outros* (1982-1983) e *O governo de si e dos outros: o valor da verdade* (1983-1984), vão dar um importante salto qualitativo no estudo biopolítico, abrindo um fascinante debate sobre a racionalidade político-econômica da contemporaneidade e as técnicas de governo sobre um mesmo.

Seguindo esta diagnose, o capitalismo não responde a um processo natural como afirmam alguns dos próceres do neoliberalismo canônico (Hayek, 2007; Von Mises, 1998), mas resulta de um profundo programa de condução social (Foucault, 2006, 2012; Cf. Laval e Dardot, 2013, Brown, 2015; Rose, 2012; Dean, 1999). Consequentemente, é o próprio neoliberalismo que promove uma racionalidade específica e reguladora da vida social segundo critérios de mercado e coloca o indivíduo no centro de todas as intervenções, ao passo que programa uma vasta panóplia de ações políticas e sociais com o objetivo de instruí-lo, parafraseando Boltanski e Chiapello (2002), num *novo espírito capitalista*. Um *espírito*, no entanto, capaz de superar os antigos valores e princípios do pensamento econômico liberal que não é nem espontâneo, nem está determinado por leis naturais. Ao contrário, a razão neoliberal conduz os sujeitos diariamente com novos valores e saberes de vida adaptados também a uma nova sociedade (Laval e Dardot, 2013: 139-140).

Desta maneira, não estamos perante uma espécie de imposição vertical dos poderes públicos, nem de um poder externo que impõe um comportamento certo. Como faz lembrar Deleuze (2008: 222), a sua dinâmica é diferente, ela opera no sentido oposto. Quer dizer, trata-se de uma dinâmica de autoconstrução do indivíduo e não de uma imposição exterior. Pois o sujeito neoliberal deve, antes de tudo, constituir-se como um ser funcional, dotado de normas, valores e práticas que são adquiridas num processo de formação que é verdadeiramente um processo de autoformação. Tal e como afirma Foucault (2008: 224-225), ele vive numa sociedade fundamentalmente aprendida. E tal e como apontam Hardt e Negri (2002: 37 ss., 187 ss.), na contemporaneidade, o espaço de construção do sujeito está fora da centralidade do Estado e de suas agências disciplinares como resultado do progressivo desmantelamento do modelo fabril, sendo agora o mercado o verdadeiro lugar em que se interage. Um mercado social, flexível e onipresente, que não se

limita apenas aos espaços de troca de bens e serviços, mas que é entendido como um *habitat* através do qual circulam regras, símbolos e códigos a serem assumidos. O mercado é, então, o lugar em que o indivíduo aprende a administrar a própria vida, incorporando normas e comportamentos funcionais, como ator protagonista da sociedade, sem a necessidade de um agente externo, como bem apontaram os estudos anglo-foucaultianos (Rose, 2014 : 91-92; Dean, 1999: 146-158, entre outros).

A partir desta hipótese, o pensamento (pós)foucaultiano deixa para trás a visão mais convencional sobre o neoliberalismo, para abordá-lo como uma forma de gestão do público e do privado, que administra tanto governantes quanto governados. Um modo de governo que deve ser pensado mais como “atividade governamental” do que como uma “instituição” (Laval e Dardot, 2013: 15). Por isso, não importa tanto a composição jurídica-política da que se dotar uma sociedade para fazer cumprir as suas normas, como as efetivas práticas, discursos e dispositivos vocacionados que conduzem as ações dos sujeitos. Ou seja, o papel central atribuído pelo liberalismo aos poderes públicos, como se fossem árbitros e garantidores do bom funcionamento do mercado e da sociedade, é deslocado para um segundo plano. A exegese da racionalidade neoliberal encontra-se na capacidade de penetração e expansão pelo tecido social, superando os espaços e locais em que fora circunscrito pela institucionalidade fordista (Hardt e Negri, 2002: 43-62). E aquilo que procura, com efeito, a lógica neoliberal, é invadir o conjunto dos processos vitais que se geram na sociedade para imprimir neles uma métrica competitiva, empreendedora e criativa (Deleuze, 2008: 220-224).

A partir do exposto, comprovamos que a vida passaria a ser governada mais por saberes, conhecimentos e discursos focados na proteção, segurança e responsabilidade de si próprio, do que por estritas estruturas

administrativas ou agências políticas convencionais. Contudo, como apontam, novamente, Laval e Dardot (2013: 231-232), a articulação deste autogoverno como processo adquirido de criação da identidade individual, não seria possível sem as profundas transformações produzidas na sociedade nas últimas décadas, particularizadas no risco, na incerteza e na exclusão social (Bauman, 2002; Beck, 2002; Bell, 1991; Castel, 2006; Wacquant, 2010). Enfim, a vida não é governada por um agente alheio que predetermina o seu papel, mas são os sujeitos que incorporam a sua governança por inteiro, porquanto, como trataremos de assinalar, o neoliberalismo hoje opera numa frequência mais intensa e mais densa do que isso.

***“Ocupar-se de um mesmo”*: o cerne da razão neoliberal.**

Aprofundando nesta perspectiva, o britânico Rose (1999: 61-97) descreve os indivíduos do capitalismo contemporâneo como seres obrigados a viverem livremente, e tomarem as suas decisões sem intermediação, ora, sempre em conformidade com determinadas normas e valores assumidos como próprios. Em outras palavras, o sujeito obriga-se livremente à gestão da vida, mas num quadro mais amplo de construção de um “eu” autogerido. O próprio Foucault já advertira em seus últimos trabalhos este processo, acrescentando à análise sobre a governamentalidade o estudo dos processos de subjetivização, como parte fundamental da biopolítica.³ Sendo assim, para o filósofo francês, o governo da vida esteve sempre ligado à produção de um tipo de sujeito determinado e enquadrado num diagrama de poder próprio de um regime político, e sobre ele é que deve discorrer uma parte central da análise da *arte de governar*.

³ Referimo-nos aos cursos do período 1981-1982 e 1982-1983, designados por *A hermenêutica do sujeito* (Foucault, 2002) e *O governo de si e dos outros* (Foucault, 2011) respectivamente. Neles[, de um lado,] o autor superpõe à **noção de governamentalidade o estudo do sujeito e a verdade e, de outro lado, desenvolve o conceito do “cuidado de si”**.

Foucault (2008, 2011) reconhece desde os primórdios do pensamento ocidental a existência do que ele chama de *tecnologias de governo dos outros*, isto é, o conjunto de normas dirigidas por uma autoridade externa, mas também alerta para a existência crucial do que designa por *tecnologias do eu*, isto é, aquelas técnicas nas quais é o sujeito que as exerce sobre si mesmo sem a participação de um terceiro. Tendo isso em vista, autor explora a formação do “cuidado de si” do sujeito nas origens do pensamento ocidental, identificando já no período histórico do mundo greco-romano da Antiguidade clássica uma primeira preocupação do indivíduo com o “eu”; assim, “o preceito ‘ocupar-se de um mesmo’ era, para os gregos, um dos principais princípios das cidades, uma das regras mais importantes para a conduta social e pessoal e para a arte da vida” (Foucault, 2008: 50).

Consequentemente, o “cuidado de si” é a forma como os sujeitos se preparam para a vida, através do aprendizado de um conjunto de normas de conduta, princípios e verdades prescritas em um regime político concreto. Porém, este é um cuidado reflexivo e racional, em constante revisão e atualização da conduta, em permanente melhoria e aperfeiçoamento, visto que o indivíduo adquire um compromisso próprio com o seu (auto)cuidado para alcançar o progresso, o bem-estar e o desenvolvimento integral da sua vida. Mas ele não é exibido como uma exigência externa ou mesmo uma obrigação vinda do aparelho institucional, mas, antes, como uma vocação ou impulso individual de inovação, evolução e criação que é exercido sobre si enquanto sujeito ético e político. Foucault adverte que “talvez tenha insistido demasiado no tema da tecnologia da dominação e do poder. Cada vez estou mais interessado na interação entre um mesmo e os demais, bem como nas tecnologias da dominação individual, a história do modo em que um indivíduo atua sobre si mesmo, quer dizer, na tecnologia do eu.”(2008: 49).

Por isso, o que faz a proposta foucaultiana é, certamente, colocar o papel da subjetividade como meio para analisar as práticas de governo. Segundo Foucault (2012: 91-92), toda tentativa dos modos, saberes e técnicas de governo elaborado ao longo da história ocidental foram direcionadas, principalmente, para a produção de uma vida autogerida, ou seja, um governo da vida que se produz tanto a partir do seu exterior, como do seu interior. A vida seria, segundo o filósofo francês, conduzida tanto por instituições alheias, quanto pela ética própria do sujeito. Dito de outra forma, os mecanismos e técnicas utilizadas pelo governo para a administração da vida seriam tanto os discursos, saberes e práticas do *governo dos outros* quanto do *governo do si* (Foucault, 2002: 240 ss.). Assim, trata-se dos sujeitos do envolvimento dos sujeitos na sua gestão, aprendendo a reconhecerem as suas condutas, as suas ações e a tomada das suas decisões. O sujeito intervém, ele mesmo, diretamente, num quadro de possibilidades e refletindo de forma autônoma sobre o seu próprio governo.

O “capital humano”: a teoria do sujeito empreendedor

No presente, este tipo de sujeito denominado por Foucault (2012: 263 ss.) como *homo economicus* é um ser que se forma e guia apenas pelos interesses pessoais e pela busca incessante pelo benefício individual. Porém, o *homo economicus* neoliberal vai mais longe do que isso. Ele ultrapassa a simples função da troca mercantil do liberalismo para submergir a própria vida no processo econômico. Para avançarmos nesta aproximação, tal e como se pergunta Rose (2011), aquilo sobre o que devemos deter a nossa reflexão, acima de tudo, são os concretos dispositivos que servem para governar o ser humano e adaptar a sua conduta nas direções desejadas. Porquanto, como refere Fraser (2003: 32), são os “homens e mulheres flexíveis da era dos negócios” que regulamentam e, por sua vez, sobre quem são organizadas as novas

realidades do presente. Isto implica mudarmos a perspectiva analítica mais convencional, pois não estaríamos diante de profundas mudanças sociais – quer sejam no campo da tecnologia e do conhecimento, quer no regime de produção – que transformam o modo de operar dos sujeitos, mas perante uma mudança no modo em como eles são governados num presente instável, incerto e fragmentado.

O indivíduo no capitalismo contemporâneo deve conceber-se a si próprio como um ser livre, e só a partir da liberdade de ação é que interage na procura dos seus interesses particulares. A liberdade é o alicerce que permite a realização da *sociedade-empresa* com suas práticas. Ora, a liberdade é o resultado de um processo de prática social no que o sujeito exerce a sua autonomia num cenário vital de possibilidades, sem interferências diretas do poder, mas que baliza as condições dessa mesma liberdade. Aquilo que se produz é, então, para Foucault (2012: 234-235), uma *condução da conduta*, através de um conjunto de práticas tecnológicas próprias de um determinado regime político. Desse modo, o Estado minimiza as suas responsabilidades com os indivíduos, pois eles serão os únicos culpados pelo seu fracasso ou pelo seu sucesso, e não alguma agência de proteção estatal, e tampouco qualquer disfunção do mercado. Em síntese, o sujeito está, portanto, obrigado a ser livre e tomar as suas decisões racionalmente. A administração dos problemas da vida contemporânea, como a saúde e a educação, a exclusão social ou a pobreza, correspondem exclusivamente ao sujeito e às suas habilidades para manter-se saudável, formado e integrado na sociedade.

O governo desloca as suas antigas competências de gestão coletiva para os sujeitos considerados individualmente, que devem adquirir as qualidades necessárias para e autossustentarem e se autorregulamentarem (Deleuze, 2010: 125). Não estamos, então, perante capacidades inatas, naturais ou instintivas, mas, fundamentalmente, perante capacidades apreendidas no processo do “cuidado de si” (Papalini, 2014: 263-264).

Em suma, são as livres e autorregulamentadas decisões dos sujeitos o meio principal através do qual se realiza o governo da vida. Indivíduos que agem de acordo com critérios de concorrência, risco e escassez, como se a vida mesma fosse mais um mercado econômico. Assim, para Foucault (2012: 288-289), o corpo social e o mercado confundem-se e convergem numa mesma razão governamental que tem no *homo economicus* o seu dispositivo essencial. Para o filósofo francês o *homo economicus* é, fundamentalmente, aquele sujeito que empreende e, para isso, toda a ação social tem como princípio reitor alargar as suas habilidades e elaborar uma estratégia para conseguir tais objetivos.

Aliás, como aponta Gordon (1991: 38), o *homo economicus* neoliberal ultrapassa a simples função atribuída pelo liberalismo. Não basta, a promoção do *laissez faire* ou a minimização da intervenção estatal para ele existir; de forma mais complexa, é preciso submergir o corpo social num governo econômico da vida. É, portanto, necessário penetrar mais profundamente nos sujeitos, torná-los indivíduos de negócios de si próprios, administradores das suas vidas de modo racional, eficiente e eficaz, sem necessidade do auxílio externo (Deleuze, 1999: 280). Com isto, poderíamos definir o *homo economicus* como aquele sujeito que procura constantemente a otimização dos seus recursos vitais, tomando uma ou outra decisão de forma racional e adaptada às circunstâncias de cada momento. Deste modo, o conceito essencial para concebermos esta mutação no modo de relacionamento dos indivíduos, encontramos-lo na noção de “capital humano” introduzida pelo pensamento neoliberal. Uma noção de “capital humano”, já sugerida por Smith (2006), mas formulada no sentido contemporâneo, principalmente, por Schultz (1961) e Becker (1993), inscrevendo a avaliação econômica não exclusivamente em termos de produção, mas no contexto vital de decisões do sujeito. Para estes teóricos, num contexto de livre mercado, concorrência e escassez de recursos, os indivíduos têm de se comportar como o faria

uma empresa e, para isso, devem, acima de tudo, potencializar os seus ativos, que estes autores definem como o capital vital. Em concreto, para eles os sujeitos devem investir em incrementar os seus conhecimentos, as suas aptidões, expandir as suas redes de contatos, adquirir novas habilidades e, em definitivo, tornar economicamente rentáveis os vários âmbitos de sua vida (Rowan, 2014: 170-171).

A partir destas contribuições, consolida-se uma noção de “capital humano” que, como tinha antevisto Foucault “representa dois processos: um que poderíamos chamar o avanço da análise econômica num domínio até então inexplorado, e, segundo, a partir desse adiantamento, a hipótese de reinterpretar em termos econômicos e nada mais do que econômicos todo um domínio que, até agora, podia considerar-se e de fato era assim considerado como não econômico” (2012:220). Assim, o “capital humano” vai atravessar os discursos, as estratégias e as práticas dos sujeitos sob a racionalidade neoliberal. E ainda impulsionará um modo de vida fundamentado no cálculo racional do investimento de si mesmo, nas habilidades, capacidades e conhecimentos, como forma de os indivíduos serem mais produtivos e fugirem à pobreza e à exclusão. O “capital humano” é o cerne da razão neoliberal, o elo que permite aos sujeitos aperfeiçoarem os recursos vitais, avaliar todos os aspectos de vida para tirar o máximo desempenho possível, pois tudo faz parte do mesmo pacote: o investimento em “capital humano”. Não é só o que o indivíduo é capaz de produzir, mas o seu “valor humano”, o fundamental na *sociedade-empresa*.

A título de conclusão: a vida como capital

Eis, talvez, uma das grandes lições que o último Foucault nos deixou, tanto para decodificar o sujeito racional, reflexivo e empreendedor, quanto para compreender a espessura da racionalidade neoliberal nas práticas de (auto)governo. A partir desse referencial teórico podemos

observar os contornos e nuances do sujeito neoliberal no quadro de uma sociedade fabril em decomposição (Hardt e Negri, 2002: 274-279, 295-299); e o surgimento de outras formas de valorização e, portanto, de sobrevivência, nas quais o emprego/salário e, especificamente, o emprego estável e certo, perderam a sua centralidade social e existencial (Brown, 2015; Feher, 2009; Laval e Dardot, 2013).

Neste sentido, sob a lógica neoliberal, os sujeitos investem em produzir a sua própria vida, explorando todos os ativos que compõem o seu “capital humano”, ou seja, os seus conhecimentos, os seus contatos, as suas redes de informação e até os seus afetos. Em suma, transformam as suas vidas numa máquina competitiva, que deve ser cada vez mais produtiva e inovadora, como forma de se posicionar a frente de outros indivíduos, identificados como rivais. Os sujeitos devem se destacar, tornarem-se únicos e exclusivos, especializarem-se para competir e garantir possibilidades maiores de se inserirem efetivamente na sociedade do mercado. Eles devem, como declara Rowan (2014: 174-175), transformar-se em empresas até as suas consequências finais, exacerbar a sua identidade como estratégia de mercado, ganhar vantagem sobre seus concorrentes e aproveitar cada encontro social como um ato de marketing, publicidade e promoção da sua marca pessoal. O objetivo último de toda esta campanha é, pois, incentivar os indivíduos para explorarem todos os ativos que conforma o seu capital vital. Para isso, o indivíduo deve singularizar-se, fazer-se único e exclusivo, transformar-se naquilo que diferentes autores denominaram um *sujeito-marca* (Davenport e Beck, 2001; Bifo, 2003; Rowan, 2014).

Observamos, como corolário, um indivíduo que exacerba a sua identidade como estratégia para se inserir na economia, mas também como um *life style*, que o diferencia perante os sujeitos restantes, como se fosse de um produto comercial qualquer. O sujeito procura sobressair entre a multidão, ser reconhecido como mais adequado e formado do que os seus

competidores. Igualmente, para Feher (2009: 21-41), o sujeito é codificado como um verdadeiro gestor neoliberal que busca atrair permanentemente investidores e credores. Um *Eu-SA* (Sociedade Anônima) que não busca apenas maximizar os seus lucros, mas sim a sua “atratividade”, como forma de aumentar o seu valor de mercado. Para isto, ele direciona todos os esforços diários para atrair capital, sofisticando a sua marca pessoal, a fim de gerar confiança diante de potenciais investidores ou clientes. O sujeito neoliberal é um autêntico gerente e todas as suas ações são direcionadas para melhorar a sua forma, a sua marca, e gerar confiança nos mercados. Isto implica, para o autor francês, em um social em que os indivíduos reencaminham seus esforços diários, por banais que sejam, em ações de atração de capital como forma de se situarem no mercado.

Em outras palavras, procuram aperfeiçoar o seu atrativo atuando mais como um “gerente de uma carteira de condutas” que trata de valorizar-se, do que como *empresário de si mesmo*, seguindo a concepção mais clássica neoliberal. E cada ação que ele realizar deve ter em consideração o hipotético aumento ou descenso no seu valor pessoal. A finalidade de cada decisão da sua vida é, então, captar mais recursos em troca de proporcionar mais valor e mais rendimento vital. Assim, o autor afirma que os indivíduos não são mercadorias, são mais do que isso. A sua vida transforma-se numa autêntica carteira de ações e obrigações. Enfim, para o filósofo belga, testemunhamos não apenas a passagem do *homo economicus* liberal, definido como um comerciante de si, para o *homo economicus* do neoliberalismo, descrito por Foucault como um empreendedor de si, mas, principalmente, a sua passagem para um *homo economicus* financeiro de si mesmo, que não busca a sua satisfação pessoal material, mas um acúmulo de valor *ad infinitum* especulando com a sua própria vida (Feher, 2017).

Nesta perspectiva, mas acrescentando, talvez, mais uma vertente analítica, o chamado Comitê Invisível (2017) tem colocado nos últimos

anos, sob o exame biopolítico, a tecnificação da vida como forma de extensão do governo da vida além das relações da produção. Em suas palavras, “na ausência de trabalho, devemos manter a necessidade de ganhar dinheiro para sobreviver, agora tudo deve ser uma ocasião para gerar algum dinheiro” (Comitê Invisível, 2017: 100). Também denominado por este grupo como “uberização” da vida: segundo o qual o equipamento tecnológico, sob o controle do GAFa (Google, Apple, Facebook e Amazon), é cada vez mais parecido com o equipamento de trabalho, e multiplica as possibilidades de investimento (Comitê Invisível, 2017: 99). Ou seja, o sujeito neoliberal não pode perder uma oportunidade de ganhar dinheiro: esse é o *livemotiv* da vida. Tudo está dentro da esfera da lucratividade. Airbnb, Blabacar ou Wallapop, por exemplo, permitem que os indivíduos estendam ao infinito a esfera do valor. Como esses autores apontam, o que costumava ser um quarto vazio ou um quarto de hóspedes antes do Airbnb, agora é um lucro perdido. E o que costumava ser um ferro-velho, agora é vendido em Wallapop (Comitê Invisível, 2017: 101-102).

Em conclusão, a racionalidade neoliberal, como forma de relação, superou completamente a economia para cooptar a própria vida. Ou seja, a lógica do valor coincide com a vida organizada, apropriando-se de todos os atributos humanos, transformando o sujeito no autêntico suporte neutro da valorização capitalista.

Referências bibliográficas:

- BAUMAN, Zygmunt (2002). **La modernidad líquida**. Tradução de Mirta Rosenberg e Jaime Arrambide Squirru. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- BECK, Ulrich (2002). **La sociedad del riesgo global**. Tradução de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo XXI.
- BECKER, Gary (1993). **Human Capital**. Chicago: University of Chicago Press.
- BELL, Daniel (1991). **El advenimiento de la sociedad postindustrial**. Tradução de Raúl García e Eugenio Gallego. Madrid: Alianza Universidad.
- BIFO, Franco Berardi (2003). **La fábrica de la infelicidad. Nuevas formas de trabajo y movimiento global**. Tradução de Patricia Amigot Leatxe e Manuel Aguilar Hendrickso. Madrid: Traficantes de Sueños.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève (2002). **El nuevo espíritu del capitalismo**. Tradução de Alberto Riesco Sanz, Marisa Pérez Colina e Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal.
- BROWN, Wendy (2015). **El pueblo sin atributos. La secreta revolución del neoliberalismo**. Tradução de Victor Altamirano. Barcelona: Malpaso.
- CASTEL, Robert (2006). **La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado**. Tradução de Jorge Piatigorsky. Buenos Aires: Paidós.
- COMITÉ INVISIBLE (2017). **Ahora**. Tradução de Diego Luis Sanromán Peña. Logroño: Pepitas de Calabaza.
- DAVENPORT, Thomas & BECK, John (2001). **The Attention Economy: Understanding the New Currency of Business**. Boston: Harvard Business Press.
- DEAN, Mitchell (1999). **Governmentality: Power and Rule in Modern Society**. London: Sage.
- DELEUZE, Gille (2010). **Foucault**. Tradução de José Vázquez. Barcelona: Paidós.
- _____ (2008). **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34.
- FEHER, Michel (2009). Self-Appreciation; or, The Aspirations of Human Capital. In: **Public Culture**, N° 21,1, pp. 21-41.
- _____ (2017). **Le temps des investís. Essai sur la nouvelle question sociale**. Paris: La Découverte.
- FOUCAULT, Michel. (2002). **La Hermenéutica del Sujeto**. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- _____ (2006). **Seguridad, Territorio, Población. Curso en el Colegio de Francia (1977-1978)**. Tradução de Horacio Pons Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- _____ (2007). La vida: la experiencia y la ciencia. In: DELEUZE, Gilles *et al.* **Ensayos sobre biopolítica Excesos de vida**. Buenos Aires: Paidós, pp. 187-215.
- _____ (2008). **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Tradução de Mercedes Allendesalazar. Buenos Aires: Paidós.
- _____ (2011). **El gobierno de sí y de los otros**. Tradução de Horacio Pons. Madrid: Akal.
- _____ (2012). **Nacimiento de la Biopolítica (1978-1979)**. Tradução de Horacio Pons. Madrid: Akal.
- FRASER, Nancy (2003). ¿De la disciplina hacia la flexibilización? Releyendo a Foucault bajo la sombra de la globalización. In: **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, N°187, pp. 15-33.
- GORDON, Colin (1991). Governmental Rationality: An Introduction. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. **The Foucault Effect Studies in Governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 1-51.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2002). **Imperio**. Barcelona: Paidós.

- HAYEK, *Friedrich* (2007). **Camino de servidumbre**. Tradução José Vergara Doncel. Madrid: Alianza Editorial.
- LAVAL, Christian & DARDOT, Pierre (2013). **La nueva razón del mundo**. Tradução de Alfinso Diez. Barcelona: Gedisa.
- PAPALINI, Vanina (2014). Tecnologías del yo: entre la gubernamentalidad y la autonomía. In: RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl (editor). **Evaluación, gestión y riesgo. Para una crítica del gobierno del presente**. Santiago de Chile: Universidad Central de Chile, pp. 253-275.
- ROSE, Nikolaş (2011). ¿Cómo se debería hacer una historia del yo?. Tradução de Angeles López. Disponible em: <http://estafeta-gabrielpulecio.blogspot.com.es/2010/07/nikolas-rose-como-se-deberia-hacer-una.html> (Acessado em: 22/05/2018).
- ____ (2012). **Políticas de la vida. Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI**. Tradução de Elena L. Odriozola. Buenos Aires: UNIPE.
- ____ (2014). El gobierno de las democracias liberales “avanzadas”: del liberalismo al neoliberalismo. In: RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl (editor). **Evaluación, gestión y riesgo. Para una crítica del gobierno del presente**. Santiago de Chile: Universidad Central de Chile, pp. 71-96.
- ROWAN, Jaron (2014). La invasión de los sujetos-marca y otras aberraciones del capitalismo neoliberal. In: RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl (editor). **Evaluación, gestión y riesgo. Para una crítica del gobierno del presente**. Santiago de Chile: Universidad Central de Chile, pp. 167-189.
- SCHULTZ, Theodore W. (1961). Investment in Human Capital. In: **The American Economic Review**, N° 51, 1, pp. 1-17.
- SMITH, Adam (2006). **Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones**. Tradução de Gabriel Franco. México: Fondo de Cultura Económica.
- VON MISES, Ludwig (1998). **Human Action. A Treatise on Economics**. Alabama: Ludwig von Mises Institute.
- WACQUANT, Loïc (2010). **Castigar a los pobres: el gobierno neoliberal de la inseguridad ciudadana**. Tradução de Margarita Polo. Barcelona: Gedisa.